

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE****ATA DE REUNIÃO****18ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas****Ajuda Memória**

Nos dias **4 e 5 de dezembro de 2017**, na Sala T-13 do edifício do Ministério do Meio Ambiente, na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a décima oitava reunião ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO (listas de presença anexas):

José Pedro de Oliveira Costa – SBio/MMA (Presidente do CNZU)

Adriana Brito da Silva – SMCF/MMA

Adriana Leão – ICMBio

Débora Calheiros – Rede Pantanal

Jader Alves Oliveira – SAIC/MMA

Juliana Bosi de Almeida – Bird Life International/SAVE Brasil

Kleber Souza dos Santos – MAPA

Marcelo Bohlke – MRE

Nelson Ananias Filho – CNA

Reinaldo Bozelli – ABLimno

Sara Mota – IBAMA

Yara Schaeffer – Rede MangueMar

DEMAIS PRESENTES:

Ana Paula Leite Prates – SBio/MMA

Anna Carolina Lins – ICMBio

Braulio Ferreira de Souza Dias – Consultor SBio/MMA, UNB

Carolina Tavares da S. Bernardo – Bird Life International/SAVE Brasil

Heloísa Tozato – consultora SBio/MMA

Jorge Amaro Borges – Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Mostardas/RS

Luciane R. L. Paixão – SBio/MMA

Maurício dos Santos Pompeu – SBio/MMA

Paula Moraes Pereira – SBio/MMA

1. Abertura

O Sr. José Pedro de Oliveira Costa, presidente do CNZU e Secretário da Secretaria de Biodiversidade - SBio/MMA, iniciou a reunião dando boas vindas aos presentes e cumprimentou o Dr. Braulio Ferreira de Souza Dias, mencionando que se sentia honrado pela sua presença.

2. Aprovação da Ajuda Memória da 17ª Reunião Ordinária do CNZU

A Ajuda Memória da 17ª Reunião Ordinária do CNZU foi aprovada. Logo após, o representante do MAPA, Kleber Souza dos Santos, sugeriu que as próximas Ajudas Memória, de reuniões de mais de um dia, apresentassem listas de presença separadas de cada um dos dias. Obs.: Em tempo, a presente Ajuda Memória apresenta as listas dos dias 4 e 5 de dezembro de 2017 separadamente (0116500).

3. Candidatura de Mostardas a Cidade Amiga de Áreas Úmidas

O Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Mostardas/RS, Jorge Amaro de Souza Borges, proferiu uma apresentação em que destacou a parceria entre a prefeitura daquele município com o ICMBio, mais especificamente com os gestores do PARNA Lagoa do Peixe, Sítio Ramsar. Foi dito que essa parceria, e outras que a prefeitura vem estabelecendo, estaria propiciando uma série de ações de interesse do município e que vão ao encontro das diretrizes de Ramsar, como o "Festival Brasileiro das Aves Migratórias", "Semana Municipal do Meio Ambiente", "Campanha - Vamos cuidar do nosso lixo!", "Melhoria na gestão dos resíduos sólidos", dentre outras. Além disso, ressaltou que Mostardas possui o "Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos", está elaborando o "Plano Municipal de Saneamento Básico", criou o "Prêmio - Protetor da Natureza - dedicado àquelas pessoas que se destacam em defesa do meio ambiente", criou a "Política Municipal de Educação Ambiental", aderiu à "Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P", retomou os trabalhos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente; instituiu a "Semana Municipal da Água" e, por fim, candidatou o município a "Cidade Amiga das Áreas Úmidas" no âmbito de Ramsar.

Ao final de sua apresentação, ressaltou que existem desafios para a boa gestão das áreas úmidas do município, que perpassam pelo planejamento integrado dos resíduos sólidos, saneamento, plano ambiental, plano diretor, plano de manejo das dunas, plano municipal de educação e plano municipal de assistência social.

Após a fala do Secretário de Planejamento e Meio Ambiente de Mostardas, vários membros do CNZU agradeceram e parabenizaram o Secretário, por entenderem que o município tem demonstrado interesse em atuar junto aos princípios da Convenção Ramsar. Entenderam que a candidatura a "Cidade Amiga das Áreas Úmidas" parecia muito bem estruturada e alicerçada em princípios que coadunam com as práticas necessárias à conservação das áreas úmidas, por isso o colegiado endossou a iniciativa do município. Além disso, os membros do CNZU destacaram que a iniciativa de Cidade Amiga das Áreas Úmidas amplia a estratégia para a conservação das áreas úmidas no Brasil para além das Unidades de Conservação.

4. Apresentação, discussão e deliberação a respeito das propostas de Sítios Ramsar regionais

O analista ambiental Maurício Pompeu apresentou as propostas de Sítios Ramsar Regionais de parte da Bacia Hidrográfica do Rio Negro e da Foz do Amazonas/Manguezais do Norte do País. Explicou que nos dois casos, os sítios corresponderiam à integração das áreas protegidas, sejam unidades de conservação, terras indígenas ou APPs, conforme apresentado (0116472).

Após a apresentação, Braulio Ferreira de Souza Dias endossou as propostas dos Sítios Ramsar, que confirmariam o compromisso do Brasil para a conservação dos manguezais e da região amazônica. Além disso, as designações se apresentariam como um reconhecimento global da importância de tais áreas, reforçariam as possibilidades de apoio financeiro internacional e sua implementação poderia contribuir com

as metas de Aichi. Por fim, alertou que o País precisava dar maior ênfase à conservação da zona costeira e marinha, e esta iniciativa vai ao encontro dos compromissos assumidos pelo Brasil.

Sara Mota (IBAMA) falou da importância das áreas de várzea da proposta “Foz do Amazonas/Manguezais do Norte” para a conservação das aves limícolas, e por ser berçário de peixes e quelônios. Nesse momento, Braulio Dias lembrou que a região do Baixo Amazonas possui uma das duas únicas espécies de salamandra nativas do Brasil.

A representante da SAVE Brasil, Carolina Tavares da S. Bernardo, recordou que a SAVE desenvolve ações na região dos manguezais do Norte e que o PAN de Aves Limícolas, elaborado pelo ICMBio, é um documento importante a ser considerado quando da implementação do Sítio Ramsar da “Foz do Amazonas/Manguezais do Norte”.

Marcelo Bohlke (MRE) manifestou-se favorável às propostas, uma vez que são compatíveis com as convenções internacionais que o Brasil é signatário, entretanto o MRE as endossará somente após o consentimento de atores e instituições interessadas, como representantes indígenas, Estados, prefeituras e Ministérios pertinentes.

Adriana Leão (ICMBio) manifestou-se favorável à proposta, destacando que a área dos manguezais do Norte é uma área importante para o ICMBio. Também destacou que, em breve, o ICMBio lançará o Atlas de Manguezais.

Também se manifestou favorável à proposta o Reinaldo Bozelli (ABLimno).

Ao final das discussões, foi acordado que a SBio/MMA encaminhará as fichas Ramsar na versão em inglês para os membros do CNZU até o dia 15 de dezembro de 2017, que repassarão suas avaliações/contribuições ao MMA e à Adriana Leão (ICMBio) até o dia 12 de janeiro de 2018. O ICMBio fará a consolidação das sugestões sobre a ficha do sítio “Foz do Amazonas/Manguezais do Norte” e fará a “relatoria” da candidatura, apresentando um posicionamento sobre a qualidade das fichas. O mesmo será feito para a ficha do sítio "Rio Negro" pela SBio. Com os documentos finalizados e em qualidade suficiente para submissão à Ramsar, o MMA buscará a formalização de endosso ou consentimento de atores e instituições interessadas, de acordo com manifestação do representante do MRE junto ao CNZU.

5. Apresentação, discussão e deliberação a respeito das propostas de Recomendação CNZU:

As minutas de recomendação encaminhadas por Débora Calheiros (Rede Pantanal) foram discutidas pelo colegiado. Das quatro propostas, três delas (1- “dispõe sobre o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, que visa estabelecer a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal”; 2- “dispõe sobre a proibição do cultivo de grãos e silvicultura no bioma Pantanal; e 3- “dispõe sobre a conservação das sub-bacias livres de barragens ainda restantes na Bacia do Alto Paraguai e do Rio Paraguai em seu Tramo Norte”) sofreram ajustes e foram aprovadas pelo colegiado, conforme anexo. A Recomendação sobre “o Projeto de Lei do Senado nº 750, de 2011, que visa estabelecer a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal” será encaminhada para ASPAR/MMA a fim de que esta a encaminhe ao Senado Federal.

Sobre a minuta de recomendação referente ao “cultivo de pastagens plantadas no bioma Pantanal”, o representante do MAPA, Kleber Souza dos Santos, informou que precisava consultar outras áreas daquele Ministério e que essa recomendação poderia ser pauta da próxima reunião do CNZU.

O mesmo sugeriu ao Secretariado do CNZU que elaborasse uma planilha de encaminhamentos e acompanhamento das Recomendações do CNZU.

6. Estratégia de Conservação e Uso Sustentável das Áreas Úmidas do Brasil

O analista ambiental Maurício Pompeu apresentou os resultados da oficina de trabalho para elaboração da Estratégia de Conservação e Uso Sustentável das Áreas Úmidas no Brasil, realizada entre os dias 08 e 09 de agosto de 2017. Mencionou que o evento contou com a participação de representantes de 20 Sítios Ramsar, além do CNZU e de outros convidados. Ao todo estiveram presentes 41 participantes que se debruçaram sobre proposta estruturada em dois objetivos principais, quais sejam: i) Implementar os Sítios

Ramsar por meio de princípios comuns, orientados pela Convenção e respeitando suas especificidades; e ii) Fomentar ações transversais de âmbito nacional para a conservação das áreas úmidas.

Foi dito que a SBio/MMA receberá contribuições ao documento pelos participantes da oficina e demais membros do CNZU até o dia 15 de dezembro de 2017, por meio de um formulário *on line*. Após esse período, a SBio/MMA consolidará os resultados e abrirá nova consulta, agora ampliada ao público em geral, por meio do *site* do MMA, por mais 60 dias. Essa consulta será divulgada durante o Fórum Mundial da Água, a ser realizado em março de 2018, em Brasília. Após consolidação pela SBio/MMA, o documento será apreciado pelo CNZU. Ainda sobre a Estratégia, a SBio destacou que ainda será preciso elaborar o planejamento para a implementação das ações. Sugeriu que, durante a reunião que será aprovada a Estratégia, o CNZU eleja 3 ou 4 ações prioritárias para o início da implementação, podendo eleger ações regionalizadas.

Foi sugerido, durante a reunião, que o CNZU promova cursos à distância sobre as áreas úmidas, sobre a Convenção de Ramsar, em especial para os gestores de Sítios Ramsar. Yara Schaeffer Novelli (RedeMangueMar) recordou que algumas recomendações do CNZU já tratavam do assunto "cursos de capacitação", como a iniciativa do Guia dos Maravilhosos Manguezais do Brasil.

7. Relatório Nacional de Ramsar

A consultora contratada pela SBio/MMA, Heloisa Tozato, para elaborar o Relatório Nacional de Ramsar que precede à COP-13, apresentou a minuta do relatório. Acordou-se que ela receberá contribuições do CNZU até 15 de dezembro de 2017, e o prazo para que a SBio/MMA envie a versão final ao secretariado da Convenção é dia 18 de janeiro de 2018.

8. Definição do Ponto Focal nacional não governamental designado para assuntos relacionados ao Programa de Comunicação, Educação, Participação e Conscientização (CEPA)

Foi dito que a Convenção possui o Programa de Comunicação, Educação, Participação e Conscientização (CEPA), e que são previstos dois representantes de cada País, um governamental e outro não governamental. Nesse momento, foi explicado que o CEPA é responsável pela elaboração dos materiais de divulgação de Ramsar, por projetos de capacitação e educação ambiental ligados à conservação das áreas úmidas a nível mundial, dentre outras atividades.

A definição do representante governamental se dará internamente no MMA e as ONGs representadas no CNZU escolherão quem poderá desempenhar o papel do ponto focal não governamental. A SAVE e a RedeMangueMar consultarão internamente suas instituições para verificar possibilidade em assumir a indicação não governamental do Brasil.

8. Informes

Projeto Manguezais do Brasil: Adriana Leão (ICMBio) informou que o Projeto Manguezais do Brasil estava terminando e que está previsto para fevereiro de 2018 um seminário de encerramento, quando o CNZU será convidado a participar. Falou que o projeto foi exitoso, com muitos resultados positivos a serem apresentados na oportunidade. De qualquer forma, sugeriu-se a apresentação dos resultados na próxima reunião do CNZU.

Novos Sítios Ramsar designados: Foi dito que, da 17ª reunião do colegiado até a presente data, Ramsar havia aprovado mais três Sítios Ramsar brasileiros, quais sejam APA Estadual de Guaratuba, APA de Cananéia-Iguape-Peruíbe, e Parque Nacional de Ilha Grande, perfazendo um total de 22 áreas úmidas de importância internacional em território brasileiro. Foi ressaltado que 2017 foi um ano de grandes conquistas pelo Brasil, com o reconhecimento de 9 sítios ao todo, que abrangem uma área de mais de 8.000.000 ha.

Dia mundial de áreas úmidas – 2 de fevereiro: Informou-se que o secretariado de Ramsar disponibilizou material informativo sobre o tema da convenção para 2018 - "[áreas úmidas para um futuro urbano sustentável](#)". Assim como faz anualmente, a SBio/MMA irá traduzir e adaptar o material ao português e, assim que possível, fará sua divulgação no site do MMA, e em redes sociais e parceiros. Para isso, espera contar com os membros do CNZU para sua maior divulgação.

Delimitação da zona costeira, em sua parte continental: Informou-se que a SBio/MMA havia contratado uma consultoria para propor metodologia para delimitar a zona costeira, em sua parte continental. O trabalho contaria com a participação de especialistas em uma oficina de trabalho a ser realizada em 2018 e com acompanhamento pelo IBGE. Yara Schaeffer Novelli (Rede Manguemar) questionou o processo, que é paralelo à iniciativa do IBGE de rever os biomas brasileiros e iniciar a discussão sobre a região costeira e marinha. Nesse momento, o analista ambiental Maurício Pompeu informou que o processo coordenado pela SBio/MMA foi iniciado há bastante tempo e que, ao ter o conhecimento da iniciativa do IBGE, houve tratativas para convergê-las, de modo que os processos se retroalimentarão.

2ª Atualização das Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade: Mencionou-se que o processo de atualização das áreas prioritárias está em curso. Os biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal já finalizaram seus processos com a publicação da Portaria MMA nº 223, de 21 de junho de 2016. Já os biomas Pampa, Mata Atlântica e Amazônia, além da Zona Costeira e Marinha estão sendo revisados sob a coordenação da SBio/MMA, com apoio de empresas contratadas, a saber: Instituto Curicaca (Pampa), Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ (Mata Atlântica), WWF-Brasil/MPEG/TNC (Amazônia), e CI/WWF-Brasil (Zona Costeira e Marinha).

Ano Internacional dos Recifes de Coral - IYOR 2018: Foi informado que em 2018 será comemorado o ano internacional dos recifes de coral e que o MMA contratou uma consultora que auxiliará na implementação de ações de divulgação e comemoração e que materiais serão disponibilizados no site do MMA.

8º Fórum Mundial da Água: Foi dito que entre os dias 18 e 23 de março de 2018, na cidade de Brasília, será realizado o 8º Fórum Mundial da Água, quando estão previstas atividades relacionadas à Ramsar. Nesse momento, Yara Schaeffer Novelli, representante da Rede Manguemar, questionou se o CNZU não poderia encaminhar um documento sobre questões relevantes e que ameaçam a conservação das áreas úmidas, como "privatização da água". Acordou-se que os membros do CNZU que assim desejarem, poderiam elaborar e subscreverem o documento, e a SBio/MMA, como Secretaria-Executiva do Colegiado, poderia encaminhá-lo à organização do evento.

Iniciativa de Mangues e Corais/Ramsar: Anna Carolina Ramalho Lins, representando o ICMBio, apresentou sua participação na "VII Reunião da Iniciativa Regional de Mangues e Corais/Ramsar", realizada entre os dias 18 e 22 de setembro de 2017, em Honduras. Naquela oportunidade, falou das principais ações de conservação de manguezais e recifes coralíneos no Brasil, como o Projeto Manguezais do Brasil, destacando as seguintes ações: Pactos de co-gestão e planos integrados de pesca; Marco legal do caranguejo; PAN Manguezal; Criação e propostas de RESEX; Monitoramento participativo e padronizado; Diretrizes para instrumentos de gestão em áreas de manguezais; Atlas dos Manguezais. Quanto aos corais, falou sobre: UCs em ambientes recifais; PAN Corais; Projeto Coral Vivo; Reef Check Brasil; IYOR 2018 – Campanha Conduta Consciente. Ademais, falou de ações nacionais, como a elaboração da Estratégia Nacional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas; e a designação de novos Sítios Ramsar. Informou que estão previstas duas reuniões: uma paralela, da iniciativa durante a Panamericana de Ramsar (Pré-COP), em março de 2018, e outra durante o Congresso regional de áreas úmidas, a ser realizado no Equador, entre novembro e dezembro de 2018. Mencionou, também, que o Equador possui proposta de "acordos de custódia de manguezais", que poderiam ser usados como ferramenta para usos sustentáveis. Anna Carolina disse que se posicionou a favor, mas que o protocolo deveria ser mais genérico para abarcar a realidade brasileira.

Outros temas debatidos:

- Questionou-se se a publicação da revista do ICMBio, sobre áreas úmidas, ainda estaria aberta a receber artigos. A SBio se comprometeu a verificar se houve prorrogação dos prazos.

- Retomou-se a discussão sobre os motivos que levaram o CNRH a rejeitar a proposta de definição de recursos hídricos apresentada pelo CNZU, por meio de sua Recomendação nº 07/2015. Nesse momento, sugeriu-se que estes questionamentos deveriam ser feitos diretamente aos representantes da instituição responsável, no caso a SRHQ/MMA. Como no momento, não havia representantes daquela Secretaria, a SBio/MMA ficou responsável por buscar a informação.

- Débora Calheiros (Rede Pantanal) alertou que Mato Grosso publicou o Decreto nº 1.190/2017, que alterou o Decreto 8.149/2006, de modo a permitir o cultivo de espécies exóticas no Estado. Segundo a representante da Rede Pantanal, o novo decreto vai de encontro com o que prega a Convenção Ramsar e a CDB.

- Débora Calheiros informou que elaborou recomendação para criação de unidade de conservação na região do Córrego Baixo (Nobres - MT) e sua designação como Sítio Ramsar. Nesse momento, Ana Paula Prates (SBio/MMA) disse que seria mais eficiente se já houvesse um processo de criação da unidade de conservação e, só então, o CNZU o apoiaria.

- Lembrou-se que o Ministério da Pesca, previsto no decreto que criou o CNZU, não tem participado das reuniões do comitê, uma vez que foi transformado em Secretaria amparada em diferentes ministérios. Independente disto, considerou-se importante sua presença nas reuniões, por representar um setor com grande relação com os temas de Ramsar.

- Yara Schaeffer Novelli (Rede MangueMar) recordou que o Ministério da Defesa estaria requisitando a área atualmente ocupada pelo CEPENE/ICMBio, em Tamandaré. Ana Paula Prates (SBio/MMA) informou que o ICMBio estava tomando as devidas providências para que o CEPENE pudesse continuar utilizando aquelas instalações.

- A SBio/MMA solicitou às ONGs interessadas em ser membros do CNZU que providenciassem seu cadastro no CNEA para que o MMA possa dar início ao processo de seleção de novos membros da sociedade civil no CNZU.

9. Encerramento

Ao final, sob a condução da Ana Paula Prates (SBio/MMA), deu-se por encerrada a décima oitava reunião ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício dos Santos Pompeu, Analista Ambiental**, em 29/06/2018, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0110991** e o código CRC **65430622**.